



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº DE 2024
(DO SR. DEPUTADO DR. FERNANDO MÁXIMO)**

Requer a realização de audiência pública para dispor sobre o prazo de validade de CRs e CRAFs.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no **art. 255 do Regimento Interno** ¹ desta Casa, a realização de Audiência Pública para tratar da realização de audiência pública para dispor sobre o prazo de validade de Certificados de Registro e Certificados de Registro de Arma de Fogo. Para tanto, sugere-se convidar os seguintes representantes:

- Representante da Procuradoria-Geral da República (PGR);
- Representante do Ministério da Justiça (MJ);
- Representante da Polícia Federal (PF);
- Representante do Ministério da Defesa (MD);
- Marcelo Danfenback - Presidente da Liga Nacional de Defesa (LINADE);
- Fabrício Rabelo - Jurista especializado em Direito Armamentista;
- Marcelo Beretta - Advogado Criminalista;
- Giovanni Roncalli - Advogado Criminalista e Presidente da Confederação Brasileira de Tiro e Tradições (CBTT)

**¹ CAPÍTULO III
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.



JUSTIFICAÇÃO

O prazo de validade dos Certificados de Registro (CRs) e Certificados de Registro de Arma de Fogo (CRAFs) é um tema de grande relevância para os proprietários de armas e para o setor de segurança pública no Brasil. Estes certificados são documentos essenciais para a regulamentação e controle de armas de fogo, tanto para os cidadãos comuns quanto para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores, assim como para profissionais da segurança.

A legislação atual estabelece prazos de validade que, para muitos, são considerados curtos, acarretando em burocracia constante e custos elevados para renovação. Isso impacta não apenas os cidadãos que possuem armas legalmente, mas também sobrecarrega os órgãos responsáveis pela fiscalização, como a Polícia Federal e o Ministério da Justiça.

A audiência pública se justifica como uma oportunidade para ouvir especialistas e representantes dos órgãos públicos envolvidos, a fim de buscar alternativas para aprimorar o processo, visando a simplificação, a modernização e a eficiência do sistema de renovação de CRs e CRAFs. Este debate pode contribuir para a construção de propostas que tornem o processo mais ágil e menos oneroso, sem comprometer a segurança pública e a fiscalização rigorosa, fundamentais para o controle responsável das armas de fogo.

Portanto, esta audiência busca promover um diálogo construtivo e amplo entre o Parlamento, as instituições de fiscalização, e os especialistas no tema, proporcionando uma análise crítica e detalhada dos prazos vigentes e das possíveis melhorias para o sistema de registros.

Ante o exposto, requer-se a realização de Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, a fim de debater acerca do o prazo de validade de CRs e CRAFs.

Sala das Sessões, de novembro de 2024

Deputado Dr. Fernando Máximo
(UNIÃO/RO)

